



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2020
(Processo Administrativo Nº 60550.007915/2020-01)

(COMPRAS)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Hospital das Forças Armadas (UASG 112408)**, por meio da Seção de Licitações, sediado(a) Setor HFA S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900, Telefone (61) 3966-2407 ou 3966-2447, correio eletrônico licitacao@hfa.mil.br, pregoeiro designado CAP QAO **ILSON NOGUEIRA DOS SANTOS**, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Decreto nº 8.250/14 de 23 de maio de 2014, das Instruções Normativas nº 1, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa nº 05, de 25 de junho de 2014 e Instrução Normativa nº 7 de 29 de agosto de 2014, [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018](#), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei nº 12.305, de 5 de agosto de 2010 e as exigências estabelecidas neste Edital.

NO DIA, HORA E LOCAL ABAIXO INDICADO SE FARÁ A ABERTURA DO CERTAME:

DATA: 04 de agosto de 2020.

HORA: 09h00 (horário de BRASÍLIA-DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

Horário do Expediente do HFA: 08h30min às 16h30min.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Medicamentos para o Seção Central de Abastecimento de Medicamentos - SCAM, destinado a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas – HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.1.1. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Por convenção, será denominado:

4.1.1. **licitante:** a empresa que apresentar proposta para o(s) item(ns) neste Pregão;

- 4.1.2. **licitante vencedor:** o licitante que apresentar a melhor proposta para o(s) item(ns) e for habilitado;
- 4.1.3. **adjudicatário:** o licitante a quem houver sido adjudicado o(s) item(ns), objeto deste Pregão; e
- 4.1.4. **contratado:** o licitante que formalizar Contrato com a Administração.
- 4.2. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.2.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.2.2. **PARA OS ITENS:** 1 ao 35; 38 ao 41; 43 ao 45; 47 ao 70; 72; 75 ao 79; 84 ao 86; 88 ao 97; 99 ao 101; 104 ao 107; 110 e 111, 113 ao 130, 132, 134, 138 a 143 - a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2.2.1. Os itens das Cotas Reservadas para ME/EPP, 131, 133, 135, 136 e 137, tendo em vista a funcionalidade do sistema comprasgovernamentais.gov.br, não possuem a destinação exclusiva para ME/EPP, por estarem acima do valor de R\$ 80.000,00, recebendo, porém, o tratamento previsto nos subitens 7.21(no que couber) e 7.22 do instrumento convocatório, em relação ao desempate ficto.
- 4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.4.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.4.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.4.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.4.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.4.5. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.4.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1. que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei.
- 4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte
- 4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 4.5.7. que não possui, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
5. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. Caso haja itens isentos de ICMS, as propostas deverão ser apresentadas com preços desonerados desse imposto, consoante decisão no [Acórdão Nº 1.025-TCU Plenário](#).

- 5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário e total do item;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.1.5. Registro do material na ANVISA (Resolução RDC nº 185-ANVISA de 22 de outubro de 2001).
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);
- 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo) para os itens.

- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.28. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.28.1. no País;
- 7.28.2. por empresas brasileiras.
- 7.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
- 7.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo não inferior a 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados
- 7.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao **preço máximo** fixado (Acórdão n.º 1455/2018 - TCU - Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para anexar DOCUMENTO DIGITAL COMPLEMENTAR, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo o prazo, no mínimo de **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, na Seção de Licitações do HFA (sediada Setor HFA S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900) e dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.
- 8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.5.3.2. Os resultados das avaliações realizadas pelos integrantes técnicos do setor requisitante serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.5.3.3. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade constantes no item 2.5 do Termo de Referência, integrante deste Edital.
- 8.5.3.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.5.3.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.5.3.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 8.5.3.7. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 8.5.3.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 8.5.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.9. **REGISTRO DO MATERIAL NA ANVISA** - Os materiais licitados deverão estar registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária em estrita observância aos preceitos da Lei nº 6.360/76 e de seu Regulamento baixado pelo Decreto nº 8077, de 14 de agosto de 2013, atendidas, ainda, as normas expressas na Resolução RDC nº 185-ANVISA de 22 de outubro de 2001, conforme Anexo I (Termo de Referência) sob pena de **DESCLASSIFICAÇÃO** daquele(s) item(ns). Caso o produto seja dispensado do registro a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de no mínimo 3 (três) horas sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.8.1. No caso de **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de **SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de **EMPRESAS MERCANTIS** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de **SOCIEDADE SIMPLES**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de **EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA** em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.7. **COMPROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA (AFE)** - participante da licitação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou documento de comprovação da dispensa, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014 (Documento obrigatório).

9.8.7.1. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte com produtos para saúde, inclusive no caso de subcontratação.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.7.1. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. Por se tratar de bens para **PRONTA ENTREGA**, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; e$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.11.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, para todos os itens, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.11.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a materiais com características mínimas:

9.11.3.1. **Para os itens 36, 37, 42, 46, 71, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 87, 98, 102, 103, 108 e 109** - Os licitantes deverão comprovar no mínimo o fornecimento de 20% do item, por meio de apresentação de atestados.

9.11.3.2. Para fim de comprovação de quantitativo constante no (s) atestado (s), quando não estiver discriminado, poderá ser através de instrumento de contrato ou Nota Fiscal ou outro documento equivalente.

9.11.3.3. Para efeito de comprovação de quantitativo, será admitido somatório de atestados.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no sistema COMPRASGOVERNAMENTAL no prazo de no mínimo 3 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante

manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. **DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, anexo II deste edital, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1. O prazo estabelecido no item anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.2. A assinatura da ata, será realizada através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), conforme abaixo:

14.2.1. Cadastro de Usuário Externo no SEI do Ministério da Defesa - será encaminhado via e-mail, devendo o licitante responsável, proprietário ou representante legal realizar o cadastro do usuário.

14.2.2. Envio dos documentos digitalizados, para confirmação e liberação do cadastro no SEI.

14.2.2.1. Documentos que deverão ser enviados: Carteira de identidade (RG); Comprovante do CPF; - Comprovante de endereço residencial da pessoa física responsável pela assinatura (conta de Água, Luz, Gás ou Telefone no nome do interessado, correspondente ao último mês);

14.2.3. A Ata de Registro de Preços, será disponibilizada no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, para assinatura, por meio eletrônico, devendo ser ASSINADA pelo usuário externo cadastrado.

14.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

15. **VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. A Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital, resultante deste certame terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

16. **DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo Substitutivo de Contrato.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo Substitutivo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do termo substituto de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. ADVERTÊNCIA POR FALTAS LEVES, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

- 21.4.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 21.4.3. multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 21.4.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 21.4.5. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do HFA e todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos.
- 21.4.6. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR** com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.5. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- 21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.
- 23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@hfa.mil.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Seção de Licitações do Hospital das Forças Armadas, sediado(a) Setor HFA S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900;
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação

23.8. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

24. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.4. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo (§ 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93).

24.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

24.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

24.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço constante deste edital, nos dias úteis, no horário das 08h às 15horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

24.16.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

24.16.3. ANEXO III – Minuta do Termo de Substitutivo de Contrato;

24.16.4. ANEXO IV – MODELO - Proposta de Preços.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Medicamentos para o Seção Central de Abastecimento de Medicamentos - SCAM, destinado a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas – HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CAT MAT	UND	FORMA DE APRESENTAÇÃO OU OUTRA EQUIVALENTE	VALOR UNITÁRIO (RS)	COT MÍN	QTDE TOTAL	VALOR TOTAL
1	ACETAZOLAMIDA 250 MG, COMPRIMIDO	278283	CP	Caixa com 25 comprimidos	R\$ 0,62	250	500	310,00
2	CARBACOL (CLORETO DE) 0,1 MG/ML C/02 ML, INJETÁVEL INTRAOCULAR	282220	FA	Caixa com 1 frasco ampola	R\$ 19,89	50	100	1.989,00
3	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL C/2ML	401890	AP	Caixa com 2, 3,6 ampolas	R\$ 5,25	300	600	3.150,00
4	CICLOSPORINA 100MG, CÁPSULA	271107	CS	Caixa com 50 cápsulas	R\$ 8,07	150	300	2.421,00
5	CICLOSPORINA 50MG, CÁPSULA	271106	CS	Caixa com 50 cápsulas	R\$ 4,60	150	300	1.380,00
6	CLORETO DE POTÁSSIO 6% SOL ORAL C/ 100 ML	267164	FR	Caixa com 1, 50 frascos	R\$ 2,97	250	500	1.485,00
7	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG, DRÁGUA	268233	DR	Caixa com 20 dráguas	R\$ 0,76	500	1.000	760,00
8	CONTRASTE RADIOLÓGICO, À BASE DE ÓLEO DE PAPOULA IODADO, A 38% P/P, COM 480 MG/ML DE IODO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10ML (IGUAL, SEMELHANTE OU SUPERIOR A MARCA LIPIODOL)	310452	AP	Caixa com 1 ampola	R\$ 579,25	25	50	28.962,50
9	DANTROLENO SÓDICO, 20 MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	272475	FA	Caixa com 12 frasco ampola	R\$ 170,20	24	48	8.169,60
10	DIGOXINA 0,25 MG, COMPRIMIDO	267647	CP	Caixa com 20, 24, 25, 30, 100 comprimidos	R\$ 0,26	600	1.200	312,00
11	DOPAMINA (CLORIDRATO DE) 5 MG/ML C/10 ML, INJETÁVEL	268960	AP	Caixa com 10, 50, 100 ampolas	R\$ 2,66	300	600	1.596,00
12	FEXOFENADINA (CLORIDRATO DE) 60 MG, COMPRIMIDO	270795	CP	Caixa com 10 comprimidos	R\$ 3,13	1.500	3.000	9.390,00
13	GLICLAZIDA 30 MG, COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	442754	CP	Caixa com 15, 30, 60 comprimidos	R\$ 0,58	300	600	348,00
14	GLICOSE 25%,SOLUÇÃO INJETÁVEL,	267540	FR	Caixa com 200	R\$ 0,36	800	1.600	576,00

	C/ 10ML			frascos				
15	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM PRIMÁRIA ISENTA DE PVC, C/ 250ML	357880	FR	Caixa com 40, 48, 50 frascos	R\$ 4,06	2.500	5.000	20.300,00
16	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM PRIMÁRIA ISENTA DE PVC, C/ 500ML	357880	FR	Caixa com 20, 24 frascos	R\$ 3,10	3.000	6.000	18.600,00
17	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 10ML	267541	FR	Caixa com 200 frascos	R\$ 0,37	15.000	30.000	11.100,00
18	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, C/ 500ML	353564	FR	Caixa com 20, 24 frascos	R\$ 4,26	500	1.000	4.260,00
19	HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL, ESPONJA, GELATINA PURIFICADA, CERCA DE 5 X 7,5 CM, DESCARTÁVEL ESTÉRIL	431231	UND	Caixa com 1, 5, 10, 20, 30 unidades	R\$ 41,11	100	200	8.222,00
20	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG, COMPRIMIDO	267675	CP	Caixa com 20, 30, 50 comprimidos	R\$ 0,12	1.000	2.000	240,00
21	HIDROCLOROTIAZIDA 100MG, INJETÁVEL	270220	FA	Caixa com 50, 100 frasco ampola	R\$ 3,36	3.650	7.300	24.528,00
22	HIDROCORTISONA 500MG, INJETÁVEL	270219	FA	Caixa com 50, 100 frasco ampola	R\$ 6,80	2.150	4.300	29.240,00
23	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G, CREME 30G	345240	BN	Caixa com 1 bisnaga	R\$ 14,06	150	300	4.218,00
24	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, C/ 240ML	340783	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 10,00	75	150	1.500,00
25	HETAMIDO, POLI(0-2 HIDROXIETIL) AMIDO+ CLORETO DE SÓDIO, SOLUÇÃO À 6%, 130/0,4, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM SISTEMA FECHADO, FRASCO DE 500ML	393846	FR	Caixa com 24, 30 bisnagas	R\$ 22,79	150	300	6.837,00
26	HETAMIDO, SOLUÇÃO À 6%, 130/0,4, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM SISTEMA FECHADO, BOLSA C/ 500ML	433293	BS	Caixa com 24, 30 bisnagas	R\$ 21,42	30	60	1.285,20
27	IBUPROFENO 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO C/ 100ML	271134	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 10,64	25	50	532,00
28	IMUNOGLOBULINA HUMANA, ANTI RHO(D), 300 MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	266827	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 211,47	10	20	4.229,40
29	INSULINA HUMANA REGULAR 100 U/ML, INJETÁVEL, C/10ML	271154	FA	Caixa com 1, 10, 20, 50 frasco ampola	R\$ 49,46	250	500	24.730,00
30	ISOSSORBIDA, SAL DINIDRATO, 5MG, SUB-LINGUAL, COMPRIMIDO	273395	CP	Caixa com 20, 30, 50 comprimidos	R\$ 0,41	1.000	2.000	820,00
31	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	273404	AP	Caixa com 50 ampolas	R\$ 2,58	500	1.000	2.580,00
32	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO C/ 120ML	383750	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 18,96	1.000	2.000	37.920,00
33	LEVOBUPIVACAÍNA CLORIDRATO, 0,5% SEM VASOCONSTRICTOR, INJETÁVEL, 20ML	268471	FR	Caixa com 10 frascos	R\$ 24,29	200	400	9.716,00
34	LEVOBUPIVACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA BITARTARATO, 0,5% + 9,1MCG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 20ML	305264	FR	Caixa com 10 frascos	R\$ 26,95	50	100	2.695,00
35	LEVOFLOXACINO 500MG, COMPRIMIDO	305270	CP	Caixa com 3, 7, 10, 14 comprimidos	R\$ 6,99	300	600	4.194,00
36	LEVONORGESTREL 52 MG, SISTEMA INTRA-UTERINO, COM INSERTOR. (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 128)	295856	UND	Caixa com 1 unidade	R\$ 927,99	75	150	139.198,50
37	LEVOSIMENDANA 2,5MG/ML, INJETÁVEL C/ 5ML (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 129)	268609	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 5.308,17	8	16	84.930,72
38	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG, COMPRIMIDO	268125	CP	Caixa com 15, 28, 30, 50 comprimidos	R\$ 0,27	1.500	3.000	810,00
39	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA, EM SERINGA DE 10G	269846	SR	Caixa com 10 seringas	R\$ 18,69	250	500	9.345,00

40	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 1%, INJETÁVEL, 20ML	269842	FA	Caixa com 10, 25 frasco ampola	R\$ 10,54	500	1.000	10.540,00
41	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2%, GELEIA, 30G	269846	BN	Caixa com 10, 50, 100 bisnaga	R\$ 7,53	3.500	7.000	52.710,00
42	LINEZOLIDA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 300ML (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 130)	273413	BS	Caixa com 10 bolsas	R\$ 186,27	562,50	1.125	209.553,75
43	LINEZOLIDA 600MG, COMPRIMIDO	273412	CP	Caixa com 10 comprimidos	R\$ 143,39	60	120	17.206,80
44	LOPERAMIDA CLORIDRATO, 2MG, COMPRIMIDO	273264	CP	Caixa com 12, 200 comprimidos	R\$ 0,35	700	1.400	490,00
45	MEBENDAZOL 100MG, COMPRIMIDO	267692	CP	Caixa com 6 comprimidos	R\$ 1,34	60	120	160,80
46	MEROPENEM 1G, INJETÁVEL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 131)	268488	FA	Caixa com 1, 10, 25,50, 100 frasco ampola	R\$ 97,73	6.000	12.000	1.172.760
47	METILCELULOSE, 2%, SOLUÇÃO INTRA-OCULAR, SERINGA 1,5ML	273694	SR	Caixa com 1 seringa	R\$ 26,91	250	500	13.455,00
48	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO	267689	CP	Caixa com 10, 30 comprimidos	R\$ 0,85	250	500	425,00
49	METILPREDNISOLONA, SAL SUCCINATO, 500 MG, PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL	271599	FA	Caixa com 1, 25 frasco ampola	R\$ 25,60	200	400	10.240,00
50	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	267310	AP	Caixa com 100, 120, 200 ampolas	R\$ 0,69	2.500	5.000	3.450,00
51	METOPROLOL, 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 5ML	345259	AP	Caixa com 5, 10 ampolas	R\$ 26,69	400	800	21.352,00
52	METOPROLOL, SAL TARTARATO, 100 MG, COMPRIMIDO	394650	CP	Caixa com 20, 30, 200 comprimidos	R\$ 0,66	1.500	3.000	1.980,00
53	MICAFUNGINA, SÓDICA, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	396568	FA	Caixa com 1 frascos	R\$ 333,35	100	200	66.670,00
54	MICAFUNGINA, SÓDICA, 50 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	396567	FA	Caixa com 1 frascos	R\$ 164,69	50	100	16.469,00
55	MIDAZOLAM 15MG, COMPRIMIDO	272817	CP	Caixa com 20, 30 comprimidos	R\$ 1,49	150	300	447,00
56	MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	304871	AP	Caixa com 5, 25, 36, 50, 100 ampolas	R\$ 3,26	4.500	9.000	29.340,00
57	MUCOPOLISSACARÍDEO, POLISSULFATO, 3 MG/G, POMADA, 40G	440054	BN	Caixa com 1 bisnagas	R\$ 19,76	25	50	988,00
58	MUCOPOLISSACARÍDEO, POLISSULFATO, 5 MG/G, GEL, 40G	440055	BN	Caixa com 1 bisnagas	R\$ 20,33	50	100	2.033,00
59	NALBUFINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	268501	AP	Caixa com 10, 25, 36, 100 ampolas	R\$ 18,30	1.000	2.000	36.600,00
60	NEOMICINA, 3,5MG/G, POMADA, 20G	273166	BN	Caixa com 1 bisnagas	R\$ 12,02	100	200	2.404,00
61	NIFEDIPINO 20MG, COMPRIMIDO	267729	CP	Caixa com 20, 30 comprimidos	R\$ 0,40	150	300	120,00
62	NIMESULIDA 100MG, COMPRIMIDO	273710	CP	Caixa com 12, 60, 90, 150, 350, 360 comprimidos	R\$ 1,65	750	1.500	2.475,00
63	NIMODIPINO 30MG, COMPRIMIDO	270007	CP	Caixa com 30, 60 comprimidos	R\$ 1,03	150	300	309,00
64	NISTATINA 25.000 UI/G, CREME VAGINAL, 60G	266788	BN	Caixa com 1, 50 bisnaga	R\$ 12,68	200	400	5.072,00
65	OCITOCINA 5UI/ML C/1ML, INJETÁVEL	268277	AP	Caixa com 50 ampolas	R\$ 3,59	75	150	538,50
66	OCTREOTIDA 0,1MG/ML C/1ML, INJETÁVEL	305725	AP	Caixa com 1, 5 ampolas	R\$ 59,42	150	300	17.826,00
67	OMALIZUMABE 150MG, PÓ LIOFÓLIO, INJETÁVEL	452740	FA	Caixa com 1 frasco ampola	R\$ 2.412,39	5	10	24.123,90
68	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG, COMPRIMIDO ORODISPERSÍVEL	419016	CP	Caixa com 10 comprimidos	R\$ 2,95	600	1.200	3.540,00
69	PALONOSETRONA (CLORIDRATO DE), 0,05MG/ML, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA C/1,5ML	315610	FA	Caixa com 1 frasco ampola	R\$ 100,50	15	30	3.015,00

70	PARACETAMOL, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL , 15ML	267777	FR	Caixa com 1, 96, 100 frasco	R\$ 7,80	750	1.500	11.700,00
71	PARECOXIBE SÓDICO, 40 MG, INJETÁVEL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 132)	273939	FA	Caixa com 10 frasco ampola	R\$ 56,24	1.875	3.750	210.900,00
72	PILOCARPINA (CLORIDRATO DE) 1% C/10ML, SOL.. OFTÁLMICA	271352	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 18,26	25	50	913,00
73	PIPERACILINA, ASSOCIADA COM TAZOBACTAMA, 4G + 500MG, INJETÁVEL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 133)	271725	FA	Caixa com 10, 25, 50, 100 frasco ampola	R\$ 134,50	5.625	11.250	1.513.125,00
74	POLIMIXINA B 500.000UI, INJETÁVEL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 134)	268971	FA	Caixa com 1, 5, 10, 25 frasco ampola	R\$ 35,50	1.500	3.000	106.500,00
75	POLIMIXINA E, (COLISTIMETATO DE SÓDIO), 150MG, PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL	275888	FA	Caixa com 1 frasco ampola	R\$ 48,24	100	200	9.648,00
76	PREDNISOLONA (ACETATO DE) 10MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, C/5ML	448591	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 18,97	25	50	948,50
77	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	267741	CP	Caixa com 10, 20, 120, 500 comprimidos	R\$ 0,25	1.150	2.300	575,00
78	PROMETAZINA (CLORIDRATO DE) 25MG/ML C /2ML, INJETÁVEL	267769	AP	Caixa com 25, 36, 50, 100 ampolas	R\$ 2,90	2.000	4.000	11.600,00
79	PROMETAZINA (CLORIDRATO DE), 25MG, COMPRIMIDO	267768	CP	Caixa com 20, 200 comprimidos	R\$ 0,50	500	1.000	500,00
80	PROPOFOL 20MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, C/ 50ML (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 135)	305936	FR	Caixa com 1, 10 frascos	R\$ 200,47	750	1.500	300.705,00
81	PROPOFOL, 10 MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, SERINGA 50 ML (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 136)	305935	SR	Caixa com 1 seringa	R\$ 163,12	1.125	2.250	367.020,00
82	RANIBIZUMABE 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL , C/SISTEMA DE APLICAÇÃO, C/ 0,23ML (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 137)	358123	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 3.946,63	37.50	75	295.997,25
83	REMIFENTANILA (CLORIDRATO DE) 2MG/ML, INJETÁVEL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 138)	268973	FA	Caixa com 1, 5 frasco ampola	R\$ 39,18	2.250	4.500	176.310,00
84	RISPERIDONA 1MG, COMPRIMIDO	272839	CP	Caixa com 20, 30, 60, 300, 500 comprimidos	R\$ 0,75	2.000	4.000	3.000,00
85	RIVAROXABANA 10MG, COMPRIMIDO	394103	CP	Caixa com 5, 10, 30, 100 comprimidos	R\$ 8,39	800	1.600	13.424,00
86	RIVAROXABANA 15MG, COMPRIMIDO	412092	CP	Caixa com 7, 14, 28, 42, 60, 98 comprimidos	R\$ 8,09	350	700	5.663,00
87	ROCURÔNIO (BROMETO DE) 10MG/ML C/ 5ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 139)	268521	FR	Caixa com 10, 12, 20, 25 frasco ampola	R\$ 53,48	1.125	2.250	120.330,00
88	ROPIVACAÍNA (CLORIDRATO DE) 0,2% C/ 20ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, S/ CONSERVANTE	269469	AP	Caixa com 5 ampolas	R\$ 22,16	200	400	8.864,00
89	ROPIVACAÍNA (CLORIDRATO DE) 0,75% C/ 20ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	269470	AP	Caixa com 5, 25 ampolas	R\$ 22,99	500	1.000	22.990,00
90	ROPIVACAÍNA (CLORIDRATO DE) 1% S/ CONSERVANTE C/20ML, INJETÁVEL	269468	AP	Caixa com 5, 25, 50 ampolas	R\$ 23,12	600	1.200	27.744,00
91	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 100MG, CÁPSULA	449022	CS	Caixa com 12 cápsulas	R\$ 1,68	1.500	3.000	5.040,00
92	SACCHAROMYCES BOULARDII-17	449023	CS	Caixa com 6	R\$ 2,99	2.000	4.000	11.960,00

	200MG, CÁPSULA			cápsulas				
93	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1.000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	446105	EV	Caixa com 2, 4, 50 envelopes	R\$ 4,08	300	600	2.448,00
94	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE 200 DOSES, AEROSSOL ORAL	294887	FR	Caixa com 1 frascos	R\$ 25,68	150	300	7.704,00
95	SALBUTAMOL 2MG, COMPRIMIDO	268302	CP	Caixa com 20 comprimidos	R\$ 0,21	100	200	42,00
96	SELANTE CIRÚRGICO, FIBRINOGENIO HUMANO, FATOR XIII, APROTININA, TROMBINA HUMANA E CLORETO DE CÁLCIO, EM PÓ LIÓFILO TÓPICO + DILUENTE C/ 1ML	459060	CJ	Caixa com 1 frasco	R\$ 579,00	5	10	5.790,00
97	SERTRALINA (CLORIDRATO DE) 25MG, COMPRIMIDO	272364	CP	Caixa com 7, 14, 28, 30 comprimidos	R\$ 0,90	350	700	630,00
98	SEVOFLURANO LÍQUIDO INALANTE, FRASCO C/ 250ML	308877	FR	Caixa com 1, 6 frascos	R\$ 782,88	200	400	313.152,00
99	SILDENAFILA (CITRATO) 25MG, COMPRIMIDO	273820	CP	Caixa com 1, 2,4,8, 10 comprimidos	R\$ 6,44	25	50	322,00
100	SIMETICONA 75MG/ML, EMULSÃO ORAL, GOTAS, C/ 10ML	412966	FR	caixa com 1, 200 frascos	R\$ 6,59	2.500	5.000	32.950,00
101	SINVASTATINA 20MG, COMPRIMIDO	267747	CP	Caixa com 10, 20, 30, 40, 60, 450, 500 comprimidos	R\$ 0,29	4.000	8.000	2.320,00
102	SUFENTANILA (CITRATO DE) 50MCG/ML C/ 5ML, INJETÁVEL, USO ESPINHAL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 140)	449401	AP	Caixa com 5, 10 ampolas	R\$ 93,07	900	1.800	167.526,00
103	SUGAMADEX SÓDICO 100MG/ML C/ 2ML, INJETÁVEL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 141)	389863	FA	Caixa com 10 frascos	R\$ 299,00	375	750	224.250,00
104	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% C/10ML, INJETÁVEL	268075	AP	Caixa com 100, 200 ampolas	R\$ 1,62	1.000	2.000	3.240,00
105	SULFATO DE MAGNÉSIO, 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/10ML	268076	AP	Caixa com 50, 200 ampolas	R\$ 1,20	1.000	2.000	2.400,00
106	SURFACTANTE PULMONAR, FRAÇÃO FOSFOLIPÍDICA DE PULMÃO PORCINO, 80 MG/ML, SUSPENSÃO PARA INSTILAÇÃO ENDOTRAQUEOBRÔNQUICA – 1,5 ML	353398	FA	Caixa com 1 frasco ampola	R\$ 1.374,24	5	10	13.742,40
107	TEICOPLANINA 200MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL	268529	FA	Caixa com 1, 5, 10 frasco ampola	R\$ 125,82	300	600	75.492,00
108	TENECTEPLASE 50MG C/ SERINGA CONTENDO 10ML DE DILUENTE (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 142)	448767	FA	Caixa com 1 frasco ampola	R\$ 5.980,71	8	16	95.691,36
109	TENOXCAM 20MG, INJETÁVEL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 143)	268532	FA	Caixa com 50 frasco ampola	R\$ 8,46	11.287,50	22.575	190.984,50
110	TERLIPRESSINA (ACETATO DE), 1MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	332908	FA	Caixa com 1 frasco ampola	R\$ 318,09	25	50	15.904,50
111	TIAMINA 300MG, COMPRIMIDO	272341	CP	Caixa com 20, 30, 50, 500 comprimidos	R\$ 0,47	750	1.500	705,00
112	TIGECICLINA 50MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	331539	FA	Caixa com 10 frasco ampola	R\$ 190,48	275	550	104.764,00
113	TIOCOLCHICOSÍDEO 2MG/ML C/ 2ML, INJETÁVEL	329359	AP	Caixa com 1, 3, 6, 12 ampolas	R\$ 3,54	2.500	5.000	17.700,00
114	TIROFIBANA (CLORIDRATO DE) 0,25MG/ML C/50ML, INJETÁVEL	301769	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 914,77	10	20	18.295,40
115	TOXINA BOTULÍNICA, TIPO A, 100U, INJETÁVEL.	292372	FA	Caixa com 1, 10, 100 frasco ampola	R\$ 925,17	25	50	46.258,50
116	TRIANCINOLONA (HEXACETONIDA	434445	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 83,79	50	100	8.379,00

	DE) 20MG/ML C/ 5ML							
117	TRIANCINOLONA, SAL ACETONIDA, 1 MG/G, PASTA ORAL, 10G	434473	BN	Caixa com 1 bisnaga	R\$ 13,85	25	50	692,50
118	TROPICAMIDA 1% C/5ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	274561	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 10,94	150	300	3.282,00
119	VARFARINA SÓDICA 2,5MG, COMPRIMIDO	279270	CP	Caixa com 30, 60 comprimidos	R\$ 0,42	200	400	168,00
120	VASOPRESSINA 20UI/ML C/1ML	332917	AP	Caixa com 10 ampola	R\$ 23,52	650	1.300	30.576,00
121	VECURÔNIO (BROMETO DE) 10MG, INJETÁVEL	269569	FA	Caixa com 10 frasco ampola	R\$ 76,98	25	50	3.849,00
122	VECURÔNIO (BROMETO DE) 4MG, INJETÁVEL	269568	FA	Caixa com 10 frasco ampola	R\$ 45,38	25	50	2.269,00
123	VERAPAMIL (CLORIDRATO DE) 2,5MG/ML, C/ 2ML, INJETÁVEL	267424	AP	Caixa com 5 ampolas	R\$ 5,54	100	200	1.108,00
124	VERAPAMIL (CLORIDRATO DE) 80MG, COMPRIMIDO	267425	CP	Caixa com 30 comprimidos	R\$ 0,43	250	500	215,00
125	VITAMINAS DO COMPLEXO B (VITAMINAS B1, B2,B6,B5 E PP), DRÁGEA	272093	DG	Caixa com 20, 30, 100, 200 comprimidos	R\$ 0,28	500	1.000	280,00
126	VORICONAZOL 200MG, COMPRIMIDO	338297	CP	Caixa com 2, 5, 7, 10, 14 comprimidos	R\$ 323,12	50	100	32.312,00
127	VORICONAZOL 200MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	338298	FA	Caixa com 1, 10 frasco ampola	R\$ 700,00	50	100	70.000,00
128	COTA RESERVADA 25% DE ME/EPP ITEM 36 LEVONORGESTREL 52 MG, SISTEMA INTRA-UTERINO, COM INSERTOR	295856	UNID	Caixa com 1 unidade	R\$ 927,99	50	50	46.399,50
129	COTA RESERVADA 25% DE ME/EPP ITEM 37 LEVOSIMENDANA 2,5MG/ML, INJETÁVEL C/ 5ML	268609	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 5.308,17	04	04	21.232,68
130	COTA RESERVADA 25% DE ME/EPP ITEM 42 LINEZOLIDA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 300ML	273413	BS	Caixa com 10 bolsas	R\$ 186,27	375	375	69.851,25
131	MEROPENEM 1G, INJETÁVEL (COTA RESERVADA 25% ME/EPP NO ITEM 131)	268488	FA	Caixa com 1, 10, 25,50, 100 frasco ampola	R\$ 97,73	3.000	3.000	293.190,00
132	PARECOXIBE SÓDICO, 40 MG, INJETÁVEL (DEFINIDO COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 71)	273939	FA	Caixa com 10 frasco ampola	R\$ 56,26	1.250	1.250	70.325,00
133	PIPERACILINA, ASSOCIADA COM TAZOBACTAMA, 4G + 500MG, INJETÁVEL (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 73)	271725	FA	Caixa com 10, 25, 50, 100 frasco ampola	R\$ 134,50	3.750	3.750	504.375,00
134	POLIMIXINA B 500.000UI, INJETÁVEL (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 74)	268971	FA	Caixa com 1, 5, 10, 25 frasco ampola	R\$ 35,50	1.000	1.000	35.500,00
135	PROPOFOL 20MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, C/ 50ML (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 80)	305936	FR	Caixa com 1, 10 frascos	R\$ 200,47	500	500	100.235,00
136	PROPOFOL, 10 MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, SERINGA 50 ML (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 81)	305935	SR	Caixa com 1 seringa	R\$ 163,12	750	750	122.340,00
137	RANIBIZUMABE 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/SISTEMA DE APLICAÇÃO, C/ 0,23ML (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 82)	358123	FR	Caixa com 1 frasco	R\$ 3.946,63	25	25	98.665,75
138	REMIFENTANILA (CLORIDRATO DE) 2MG/ML, INJETÁVEL (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 83)	268973	FA	Caixa com 1, 5 frasco ampola	R\$ 39,18	1.500	1.500	58.770,00
139	ROCURÔNIO (BROMETO DE)	268521	FR	Caixa com 10, 12,	R\$ 53,48	750	750	40.110,00

	10MG/ML C/ 5ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 87)			20, 25 frasco ampola				
140	SUFENTANILA (CITRATO DE) 50MCG/ML C/ 5ML, INJETÁVEL, USO ESPINHAL (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 102)	449401	AP	Caixa com 5, 10 ampolas	R\$ 93,07	600	600	55.842,00
141	SUGAMADEX SÓDICO 100MG/ML C/ 2ML, INJETÁVEL (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 103)	389863	FA	Caixa com 10 frascos	R\$ 299,00	250	250	74.750,00
142	TENECTEPLASE 50MG C/ SERINGA CONTENDO 10ML DE DILUENTE (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 108)	448767	FA	Caixa com 1 frasco ampola	R\$ 5.980,71	04	04	23.922,84
143	TENOXCAM 20MG, INJETÁVEL (COTA RESERVADA 25% ME/EPP DO ITEM 109)	268532	FA	Caixa com 50 frasco ampola	R\$ 8,46	7.525	7.525	63.661,50
VALOR TOTAL ESTIMADO								8.639.243,10

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão participante:

Órgão Gerenciador: 112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	REQUISIÇÃO MÍNIMA	QTDE TOTAL
1	ACETAZOLAMIDA 250 MG, COMPRIMIDO	CP	42	500
2	CARBACOL (CLORETO DE) 0,1 MG/ML C/02 ML, INJETÁVEL INTRAOCULAR	FA	9	100
3	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL C/2ML	AP	50	600
4	CICLOSPORINA 100MG, CÁPSULA	CS	25	300
5	CICLOSPORINA 50MG, CÁPSULA	CS	25	300
6	CLORETO DE POTÁSSIO 6% SOL ORAL C/ 100 ML	FR	42	500
7	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG, DRÁGEA	DR	84	1.000
8	CONTRASTE RADIOLÓGICO, À BASE DE ÓLEO DE PAPOULA IODADO, A 38% P/P, COM 480 MG/ML DE IODO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10ML (IGUAL, SEMELHANTE OU SUPERIOR A MARCA LIPIODOL)	AP	5	50
9	DANTROLENO SÓDICO, 20 MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	FA	4	48
10	DIGOXINA 0,25 MG, COMPRIMIDO	CP	100	1.200
11	DOPAMINA (CLORIDRATO DE) 5 MG/ML C/10 ML, INJETÁVEL	AP	50	600
12	FEXOFENADINA (CLORIDRATO DE) 60 MG, COMPRIMIDO	CP	250	3.000
13	GLICLAZIDA 30 MG, COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	CP	50	600
14	GLICOSE 25%,SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 10ML	FR	134	1.600
15	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM PRIMÁRIA ISENTA DE PVC, C/ 250ML	FR	417	5.000
16	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM PRIMÁRIA ISENTA DE PVC, C/ 500ML	FR	500	6.000
17	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 10ML	FR	2500	30.000
18	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, C/ 500ML	FR	84	1.000
19	HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL, ESPONJA, GELATINA PURIFICADA, CERCA DE 5 X 7,5 CM, DESCARTÁVEL ESTÉRIL	UND	17	200

20	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG, COMPRIMIDO	CP	167	2.000
21	HIDROCORTISONA 100MG, INJETÁVEL	FA	584	7.000
22	HIDROCORTISONA 500MG, INJETÁVEL	FA	334	4.000
23	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G, CREME 30G	BN	25	300
24	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, C/ 240ML	FR	9	100
25	HETAMIDO, POLI(0-2 HIDROXIETIL) AMIDO+ CLORETO DE SÓDIO, SOLUÇÃO À 6%, 130/0,4, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM SISTEMA FECHADO, FRASCO DE 500ML	FR	25	300
26	HETAMIDO, SOLUÇÃO À 6%, 130/0,4, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM SISTEMA FECHADO, BOLSA C/ 500ML	BS	5	60
27	IBUPROFENO 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO C/ 100ML	FR	5	50
28	IMUNOGLOBULINA HUMANA, ANTI RHO(D), 300 MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	FR	2	20
29	INSULINA HUMANA REGULAR 100 U/ML, INJETÁVEL, C/10ML	FA	42	500
30	ISOSSORBIDA, SAL DINIDRATO, 5MG, SUB-LINGUAL, COMPRIMIDO	CP	167	2.000
31	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	AP	84	1.000
32	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO C/ 120ML	FR	167	2.000
33	LEVOBUPIVACAÍNA CLORIDRATO, 0,5% SEM VASOCONSTRITOR, INJETÁVEL, 20ML	FR	34	400
34	LEVOBUPIVACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA BITARTARATO, 0,5% + 9,1MCG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 20ML	FR	9	100
35	LEVOFLOXACINO 500MG, COMPRIMIDO	CP	50	600
36	LEVONORGESTREL 52 MG, SISTEMA INTRA-UTERINO, COM INSERTOR	UND	17	200
37	LEVOSIMENDANA 2,5MG/ML, INJETÁVEL C/ 5ML	FR	2	20
38	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG, COMPRIMIDO	CP	250	3.000
39	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA, EM SERINGA DE 10G	SR	42	500
40	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 1%, INJETÁVEL, 20ML	FA	84	1.000
41	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2%, GELEIA, 30G	BN	584	7.000
42	LINEZOLIDA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 300ML	BS	125	1.500
43	LINEZOLIDA 600MG, COMPRIMIDO	CP	10	120
44	LOPERAMIDA CLORIDRATO, 2MG, COMPRIMIDO	CP	117	1.400
45	MEBENDAZOL 100MG, COMPRIMIDO	CP	10	120
46	MEROPENEM 1G, INJETÁVEL	FA	1000	12.000
47	METILCELULOSE, 2%, SOLUÇÃO INTRA-OCULAR, SERINGA 1,5ML	SR	42	500
48	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO	CP	42	500
49	METILPREDNISOLONA, SAL SUCCINATO, 500 MG, PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL	FA	34	400

50	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	AP	417	5.000
51	METOPROLOL, 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 5ML	AP	67	800
52	METOPROLOL, SAL TARTARATO, 100 MG, COMPRIMIDO	CP	250	3.000
53	MICAFUNGINA, SÓDICA, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FA	17	200
54	MICAFUNGINA, SÓDICA, 50 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FA	9	100
55	MIDAZOLAM 15MG, COMPRIMIDO	CP	25	300
56	MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	AP	750	9.000
57	MUCOPOLISSACARÍDEO, POLISSULFATO, 3 MG/G, POMADA, 40G	BN	5	50
58	MUCOPOLISSACARÍDEO, POLISSULFATO, 5 MG/G, GEL, 40G	BN	9	100
59	NALBUFINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	AP	167	2.000
60	NEOMICINA, 3,5MG/G, POMADA, 20G	BN	17	200
61	NIFEDIPINO 20MG, COMPRIMIDO	CP	25	300
62	NIMESULIDA 100MG, COMPRIMIDO	CP	100	1.200
63	NIMODIPINO 30MG, COMPRIMIDO	CP	25	300
64	NISTATINA 25.000 UI/G, CREME VAGINAL, 60G	BN	34	400
65	OCITOCINA 5UI/ML C/1ML, INJETÁVEL	AP	12,5	150
66	OCTREOTIDA 0,1MG/ML C/1ML, INJETÁVEL	AP	25	300
67	OMALIZUMABE 150MG, PÓ LIOFÓLIO, INJETÁVEL	FA	1	10
68	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG, COMPRIMIDO ORODISPERSÍVEL	CP	100	1.200
69	PALONOSETRONA (CLORIDRATO DE), 0,05MG/ML, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA C/1,5ML	FA	3	30
70	PARACETAMOL, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, 15ML	FR	125	1.500
71	PARECOXIBE SÓDICO, 40 MG, INJETÁVEL	FA	417	5.000
72	PILOCARPINA (CLORIDRATO DE) 1% C/10ML, SOL.. OFTÁLMICA	FR	5	50
73	PIPERACILINA, ASSOCIADA COM TAZOBACTAMA, 4G + 500MG, INJETÁVEL	FA	1250	15.000
74	POLIMIXINA B 500.000UI, INJETÁVEL	FA	334	4.000
75	POLIMIXINA E, (COLISTIMETATO DE SÓDIO), 150MG, PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL	FA	17	200
76	PREDNISOLONA (ACETATO DE) 10MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, C/5ML	FR	5	50
77	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	CP	167	2.000
78	PROMETAZINA (CLORIDRATO DE) 25MG/ML C /2ML, INJETÁVEL	AP	334	4.000
79	PROMETAZINA (CLORIDRATO DE), 25MG, COMPRIMIDO	CP	84	1.000
80	PROPOFOL 20MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, C/ 50ML	FR	167	2.000
81	PROPOFOL, 10 MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, SERINGA 50 ML	SR	250	3.000
82	RANIBIZUMABE 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/SISTEMA DE APLICAÇÃO, C/ 0,23ML	FR	9	100
83	REMIFENTANILA (CLORIDRATO DE) 2MG/ML, INJETÁVEL	FA	500	6.000
84	RISPERIDONA 1MG, COMPRIMIDO	CP	334	4.000
85	RIVAROXABANA 10MG, COMPRIMIDO	CP	134	1.600
86	RIVAROXABANA 15MG, COMPRIMIDO	CP	59	700
87	ROCURÔNIO (BROMETO DE) 10MG/ML C/ 5ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	250	3.000
88	ROPIVACAÍNA (CLORIDRATO DE) 0,2% C/ 20ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, S/ CONSERVANTE	AP	34	400
89	ROPIVACAÍNA (CLORIDRATO DE) 0,75% C/ 20ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AP	84	1.000
90	ROPIVACAÍNA (CLORIDRATO DE) 1% S/ CONSERVANTE C/20ML, INJETÁVEL	AP	100	1.200
91	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 100MG, CÁPSULA	CS	250	3.000

92	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 200MG, CÁPSULA	CS	334	4.000
93	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1.000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	EV	25	300
94	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE 200 DOSES, AEROSOL ORAL	FR	25	300
95	SALBUTAMOL 2MG, COMPRIMIDO	CP	17	200
96	SELANTE CIRÚRGICO, FIBRINOGENÍO HUMANO, FATOR XIII, APROTININA, TROMBINA HUMANA E CLORETO DE CÁLCIO, EM PÓ LIÓFILO TÓPICO + DILUENTE C/ 1ML	CONJUNTO	1	10
97	SERTRALINA (CLORIDRATO DE) 25MG, COMPRIMIDO	CP	50	600
98	SEVOFLURANO LÍQUIDO INALANTE, FRASCO C/ 250ML	FR	34	400
99	SILDENAFILA (CITRATO) 25MG, COMPRIMIDO	CP	5	50
100	SIMETICONA 75MG/ML, EMULSÃO ORAL, GOTAS, C/ 10ML	FR	417	5.000
101	SINVASTATINA 20MG, COMPRIMIDO	CP	667	8.000
102	SUFENTANILA (CITRATO DE) 50MCG/ML C/ 5ML, INJETÁVEL, USO ESPINHAL	AP	200	2.400
103	SUGAMADEX SÓDICO 100MG/ML C/ 2ML, INJETÁVEL	FA	84	1.000
104	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% C/10ML, INJETÁVEL	AP	167	2.000
105	SULFATO DE MAGNÉSIO, 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/10ML	AP	167	2.000
106	SURFACTANTE PULMONAR, FRAÇÃO FOSFOLIPÍDICA DE PULMÃO PORCINO, 80 MG/ML, SUSPENSÃO PARA INSTILAÇÃO ENDOTRAQUEOBRÔNQUICA – 1,5 ML	FA	1	10
107	TEICOPLANINA 200MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FA	50	600
108	TENECTEPLASE 50MG C/ SERINGA CONTENDO 10ML DE DILUENTE	FA	2	20
109	TENOXICAM 20MG, INJETÁVEL	FA	2500	30.000
110	TERLIPRESSINA (ACETATO DE), 1MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FA	5	50
111	TIAMINA 300MG, COMPRIMIDO	CP	125	1.500
112	TIGECICLINA 50MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	FA	42	500
113	TIOCOLCHICOSÍDEO 2MG/ML C/ 2ML, INJETÁVEL	AP	417	5.000
114	TIROFIBANA (CLORIDRATO DE) 0,25MG/ML C/50ML, INJETÁVEL	FR	2	20
115	TOXINA BOTULÍNICA, TIPO A, 100U, INJETÁVEL.	FA	5	50
116	TRIANCINOLONA (HEXACETONIDA DE) 20MG/ML C/ 5ML	FR	9	100
117	TRIANCINOLONA, SAL ACETONIDA, 1 MG/G, PASTA ORAL, 10G	BN	5	50
118	TROPICAMIDA 1% C/5ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR	25	300
119	VARFARINA SÓDICA 2,5MG, COMPRIMIDO	CP	34	400
120	VASOPRESSINA 20UI/ML C/1ML	AP	109	1.300
121	VECURÔNIO (BROMETO DE) 10MG, INJETÁVEL	FA	5	50
122	VECURÔNIO (BROMETO DE) 4MG, INJETÁVEL	FA	5	50
123	VERAPAMIL (CLORIDRATO DE) 2,5MG/ML, C/ 2ML, INJETÁVEL	AP	17	200
124	VERAPAMIL (CLORIDRATO DE) 80MG, COMPRIMIDO	CP	42	500
125	VITAMINAS DO COMPLEXO B (VITAMINAS B1, B2, B6, B5 E PP), DRÁGEA	DG	84	1.000
126	VORICONAZOL 200MG, COMPRIMIDO	CP	9	100
127	VORICONAZOL 200MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	FA	9	100

Órgão Participante: 160053 - 11º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	REQUISIÇÃO MÍNIMA	QTDE TOTAL
21	HIDROCORTISONA 100MG, INJETÁVEL	FA	25	300
22	HIDROCORTISONA 500MG, INJETÁVEL	FA	25	300
24	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, C/ 240ML	FR	5	50
62	NIMESULIDA 100MG, COMPRIMIDO	CP	25	300
77	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	CP	25	300
93	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1.000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	EV	25	300
97	SERTRALINA (CLORIDRATO DE) 25MG, COMPRIMIDO	CP	9	100
109	TENOXICAM 20MG, INJETÁVEL	FA	9	100
112	TIGECICLINA 50MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	FA	5	50

1.2. Não serão aceitas as propostas com valor acima do valor estimado.

1.3. O critério adotado para “Forma de Apresentação” tem como objetivo garantir a disponibilidade dos medicamentos nas quantidades adequadas e no tempo oportuno para atender as necessidades do HFA.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da homologação, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Em caso de divergência entre as especificações deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo e o Sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS, prevalecerá as deste Edital.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A abertura do atual processo licitatório tem por finalidade atender as necessidades do setor para o período de 01 (um) ano e serão utilizados nos procedimentos realizados nas Clínicas, na emergência e nos leitos de internação do Hospital das Forças Armadas (HFA).

2.2. RAZÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.2.1. O sucesso do processo licitatório vai viabilizar a realização dos procedimentos e o tratamento adequado aos pacientes, evitando o encaminhamento para Hospitais conveniados e ensejando a racionalização de recursos colocados à disposição do HFA.

2.3. DA DEMANDA CONTRATADA X QUANTIDADE DO MATERIAL A SER FORNECIDO

2.3.1. As quantidades solicitadas dos materiais estão ajustadas às necessidades atuais, e ao novo modelo de gestão do HFA, no intuito de aumento na demanda de atendimentos a pacientes, como aumento do número de leitos da UTI, dentre outros atendimentos, visando a excelência no atendimento e no cuidado prestado aos pacientes no HFA, tendo como objetivo oferecer serviços que atendam e superem as expectativas dos usuários, com eficiência, eficácia e efetividade. Levando-se em consideração que cada paciente apresenta características antropométricas próprias.

2.3.2. O Sistema de Registro de Preços permitirá ao HFA realizar as aquisições decorrentes conforme a sua demanda, que por se tratar de material de saúde, pode variar em razão de sazonalidade das enfermidades, disponibilidade de pessoal e equipamentos e outros fatores.

Item	Especificação	Und	Consumo 2017	Consumo 2018	Consumo 2019	Qtde Total Solicitada
1	ACETAZOLAMIDA 250 MG, COMPRIMIDO	CP	125	175	175	500
2	CARBACOL (CLORETO DE) 0,1 MG/ML C/02 ML, INJETÁVEL INTRAOCULAR	FA	18	25	50	100
3	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL C/2ML	AP	153	336	204	600
4	CICLOSPORINA 100MG, CÁPSULA	CS	0	0	0	300
5	CICLOSPORINA 50MG, CÁPSULA	CS	0	265	75	300
6	CLORETO DE POTÁSSIO 6% SOL ORAL C/ 100 ML	FR	224	278	236	500
7	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG, DRÁGEA	DR	22	0	480	1.000
8	CONTRASTE RADIOLÓGICO, À BASE DE ÓLEO DE PAPOULA IODADO, A 38% P/P, COM 480 MG/ML DE IODO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10ML (IGUAL, SEMELHANTE OU SUPERIOR A MARCA LIPIODOL)	AP	0	0	0	50
9	DANTROLENO SÓDICO, 20 MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	FA	12	0	12	48
10	DIGOXINA 0,25 MG, COMPRIMIDO	CP	436	172	600	1.200
11	DOPAMINA (CLORIDRATO DE) 5 MG/ML C/10 ML, INJETÁVEL	AP	438	160	320	600
12	FEXOFENADINA (CLORIDRATO DE) 60 MG, COMPRIMIDO	CP	804	1280	2370	3.000
13	GLICLAZIDA 30 MG, COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	CP	360	240	140	600
14	GLICOSE 25%,SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 10ML	FR	390	325	335	1.600
15	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM PRIMÁRIA ISENTA DE PVC, C/ 250ML	FR	2961	2620	2664	5.000
16	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM PRIMÁRIA ISENTA DE PVC, C/ 500ML	FR	3702	2797	2884	6.000
17	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/ 10ML	FR	19700	22610	26500	30.000
18	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, C/ 500ML	FR	320	150	235	1.000
19	HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL, ESPONJA, GELATINA PURIFICADA, CERCA DE 5 X 7,5 CM, DESCARTÁVEL ESTÉRIL	UND	53	84	122	200
20	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG, COMPRIMIDO	CP	460	335	810	2.000
21	HIDROCORTISONA 100MG, INJETÁVEL	FA	5800	4370	4545	7.000
22	HIDROCORTISONA 500MG, INJETÁVEL	FA	1506	1545	2510	4.000
23	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G, CREME 30G	BN	14	75	91	300
24	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, C/ 240ML	FR	17	29	30	100
25	HETAMIDO, POLI(0-2 HIDROXIETIL) AMIDO+ CLORETO DE SÓDIO, SOLUÇÃO À 6%, 130/0,4, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM	FR	139	79	80	300

	SISTEMA FECHADO, FRASCO DE 500ML					
26	HETAMIDO, SOLUÇÃO À 6%, 130/0,4, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EM SISTEMA FECHADO, BOLSA C/ 500ML	BS	0	0	0	60
27	IBUPROFENO 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO C/ 100ML	FR	9	22	13	50
28	IMUNOGLOBULINA HUMANA, ANTI RHO(D), 300 MCG, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	FR	2	1	3	20
29	INSULINA HUMANA REGULAR 100 U/ML, INJETÁVEL, C/10ML	FA	182	178	155	500
30	ISOSSORBIDA, SAL DINIDRATO, 5MG, SUB-LINGUAL, COMPRIMIDO	CP	360	355	980	2.000
31	ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	AP	240	220	459	1.000
32	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO C/ 120ML	FR	716	759	760	2.000
33	LEVOBUPIVACAÍNA CLORIDRATO, 0,5% SEM VASOCONSTRICTOR, INJETÁVEL, 20ML	FR	90	90	90	400
34	LEVOBUPIVACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA BITARTARATO, 0,5% + 9,1MCG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 20ML	FR	30	0	0	100
35	LEVOFLOXACINO 500MG, COMPRIMIDO	CP	110	160	70	600
36	LEVONORGESTREL 52 MG, SISTEMA INTRA-UTERINO, COM INSERTOR	UND	90	122	147	200
37	LEVOSIMENDANA 2,5MG/ML, INJETÁVEL C/ 5ML	FR	0	5	9	20
38	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG, COMPRIMIDO	CP	800	1440	1140	3.000
39	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA, EM SERINGA DE 10G	SR	0	250	190	500
40	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 1%, INJETÁVEL, 20ML	FA	591	310	380	1.000
41	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2%, GELEIA, 30G	BN	4065	3884	4235	7.000
42	LINEZOLIDA 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 300ML	BS	356	388	750	1.500
43	LINEZOLIDA 600MG, COMPRIMIDO	CP	0	0	0	120
44	LOPERAMIDA CLORIDRATO, 2MG, COMPRIMIDO	CP	248	392	648	1.500
45	MEBENDAZOL 100MG, COMPRIMIDO	CP	0	0	0	120
46	MEROPENEM 1G, INJETÁVEL	FA	4589	6216	7885	12.000
47	METILCELULOSE, 2%, SOLUÇÃO INTRA-OCULAR, SERINGA 1,5ML	SR	96	214	208	500
48	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO	CP	70	230	0	500
49	METILPREDNISOLONA, SAL SUCCINATO, 500 MG, PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL	FA	168	253	153	400
50	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 2ML	AP	1529	970	1720	5.000
51	METOPROLOL, 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 5ML	AP	105	375	485	800
52	METOPROLOL, SAL TARTARATO, 100 MG, COMPRIMIDO	CP	750	1365	1560	3.000
53	MICAFUNGINA, SÓDICA, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FA	0	71	132	200
54	MICAFUNGINA, SÓDICA, 50 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FA	14	24	34	100
55	MIDAZOLAM 15MG, COMPRIMIDO	CP	0	120	55	300
56	MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	AP	1000	6700	4886	9.000
57	MUCOPOLISSACARÍDEO, POLISSULFATO, 3 MG/G, POMADA, 40G	BN	13	2	0	50
58	MUCOPOLISSACARÍDEO, POLISSULFATO, 5 MG/G, GEL, 40G	BN	5	24	82	100
59	NALBUFINA CLORIDRATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1ML	AP	300	700	332	2.000
60	NEOMICINA, 3,5MG/G, POMADA, 20G	BN	0	0	65	200
61	NIFEDIPINO 20MG, COMPRIMIDO	CP	0	0	120	300
62	NIMESULIDA 100MG, COMPRIMIDO	CP	264	672	948	1.200
63	NIMODIPINO 30MG, COMPRIMIDO	CP	128	90	90	300
64	NISTATINA 25.000 UI/G, CREME VAGINAL, 60G	BN	59	141	148	400
65	OCITOCINA 5UI/ML C/1ML, INJETÁVEL	AP	0	0	105	150
66	OCTREOTIDA 0,1MG/ML C/1ML, INJETÁVEL	AP	60	150	150	300
67	OMALIZUMABE 150MG, PÓ LIOFÓLIO, INJETÁVEL	FA	0	8	0	10
68	ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG, COMPRIMIDO ORODISPERSÍVEL	CP	328	410	610	1.200
69	PALONOSETRONA (CLORIDRATO DE), 0,05MG/ML, INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA C/1,5ML	FA	0	0	0	30
70	PARACETAMOL, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, 15ML	FR	300	304	655	1.500
71	PARECOXIBE SÓDICO, 40 MG, INJETÁVEL	FA	600	6100	2055	5.000

72	PILOCARPINA (CLORIDRATO DE) 1% C/10ML, SOL.. OFTÁLMICA	FR	0	33	16	50
73	PIPERACILINA, ASSOCIADA COM TAZOBACTAMA, 4G + 500MG, INJETÁVEL	FA	5235	6425	9370	15.000
74	POLIMIXINA B 500.000UI, INJETÁVEL	FA	1780	2510	2045	4.000
75	POLIMIXINA E, (COLISTIMETATO DE SÓDIO), 150MG, PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL	FA	0	105	65	200
76	PREDNISOLONA (ACETATO DE) 10MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, C/5ML	FR	0	4	15	50
77	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	CP	560	990	760	2.000
78	PROMETAZINA (CLORIDRATO DE) 25MG/ML C /2ML, INJETÁVEL	AP	1850	1271	1450	4.000
79	PROMETAZINA (CLORIDRATO DE), 25MG, COMPRIMIDO	CP	130	390	510	1.000
80	PROPOFOL 20MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, C/ 50ML	FR	800	300	545	2.000
81	PROPOFOL, 10 MG/ML, EMULSÃO INJETÁVEL, SERINGA 50 ML	SR	2274	1000	1930	3.000
82	RANIBIZUMABE 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL , C/SISTEMA DE APLICAÇÃO, C/ 0,23ML	FR	43	75	73	100
83	REMIFENTANILA (CLORIDRATO DE) 2MG/ML, INJETÁVEL	FA	1650	2200	2570	6.000
84	RISPERIDONA 1MG, COMPRIMIDO	CP	1400	2400	1000	4.000
85	RIVAROXABANA 10MG, COMPRIMIDO	CP	1400	468	1170	1.600
86	RIVAROXABANA 15MG, COMPRIMIDO	CP	252	519	472	700
87	ROCURÔNIO (BROMETO DE) 10MG/ML C/ 5ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	1037	1265	1835	3.000
88	ROIIVACAÍNA (CLORIDRATO DE) 0,2% C/ 20ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, S/ CONSERVANTE	AP	105	160	213	400
89	ROIIVACAÍNA (CLORIDRATO DE) 0,75% C/ 20ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AP	365	420	505	1.000
90	ROIIVACAÍNA (CLORIDRATO DE) 1% S/ CONSERVANTE C/20ML, INJETÁVEL	AP	223	385	685	1.200
91	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 100MG, CÁPSULA	CS	948	588	1728	3.000
92	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 200MG, CÁPSULA	CS	1504	2148	1810	4.000
93	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, PARA 1.000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	EV	47	158	74	300
94	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE 200 DOSES, AEROSSOL ORAL	FR	158	170	157	300
95	SALBUTAMOL 2MG, COMPRIMIDO	CP	40	80	40	200
96	SELANTE CIRÚRGICO, FIBRINOGÊNIO HUMANO, FATOR XIII, APROTININA, TROMBINA HUMANA E CLORETO DE CÁLCIO, EM PÓ LIÓFILO TÓPICO + DILUENTE C/ 1ML	CONJUNTO	0	0	0	10
97	SERTRALINA (CLORIDRATO DE) 25MG, COMPRIMIDO	CP	150	330	325	600
98	SEVOFLURANO LÍQUIDO INALANTE, FRASCO C/ 250ML	FR	146	240	161	400
99	SILDENAFILA (CITRATO) 25MG, COMPRIMIDO	CP	0	0	0	50
100	SIMETICONA 75MG/ML, EMULSÃO ORAL, GOTAS, C/ 10ML	FR	1158	2506	3055	5.000
101	SINVASTATINA 20MG, COMPRIMIDO	CP	4395	4830	4480	8.000
102	SUFENTANILA (CITRATO DE) 50MCG/ML C/ 5ML, INJETÁVEL, USO ESPINHAL	AP	360	1600	88	2.400
103	SUGAMADEX SÓDICO 100MG/ML C/ 2ML, INJETÁVEL	FA	535	320	835	1.000
104	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% C/10ML, INJETÁVEL	AP	380	410	765	2.000
105	SULFATO DE MAGNÉSIO, 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, C/10ML	AP	439	140	829	2.000
106	SURFACTANTE PULMONAR, FRAÇÃO FOSFOLIPÍDICA DE PULMÃO PORCINO, 80 MG/ML, SUSPENSÃO PARA INSTILAÇÃO ENDOTRAQUEOBRÔNQUICA – 1,5 ML	FA	0	0	0	10
107	TEICOPLANINA 200MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FA	63	430	328	600
108	TENECTEPLASE 50MG C/ SERINGA CONTENDO 10ML DE DILUENTE	FA	1	0	2	20
109	TENOXCAM 20MG, INJETÁVEL	FA	22496	19780	23146	30.000
110	TERLIPRESSINA (ACETATO DE), 1MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	FA	0	0	11	50
111	TIAMINA 300MG, COMPRIMIDO	CP	220	160	820	1.500
112	TIGECICLINA 50MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	FA	112	168	110	500
113	TIOCOLCHICOSÍDEO 2MG/ML C/ 2ML, INJETÁVEL	AP	150	1345	2655	5.000
114	TIROFIBANA (CLORIDRATO DE) 0,25MG/ML C/50ML, INJETÁVEL	FR	0	0	0	20
115	TOXINA BOTULÍNICA, TIPO A, 100U, INJETÁVEL.	FA	4	26	15	50
116	TRIANCINOLONA (HEXACETONIDA DE) 20MG/ML C/ 5ML	FR	0	10	42	100

117	TRIANCINOLONA, SAL ACETONIDA, 1MG/G, PASTA ORAL, 10G	BN	2	0	5	50
118	TROPICAMIDA 1% C/5ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR	135	139	164	300
119	VARFARINA SÓDICA 2,5MG, COMPRIMIDO	CP	183	60	180	400
120	VASOPRESSINA 20UI/ML C/1ML	AP	432	350	530	1.300
121	VECURÔNIO (BROMETO DE) 10MG, INJETÁVEL	FA	0	0	0	50
122	VECURÔNIO (BROMETO DE) 4MG, INJETÁVEL	FA	0	0	0	50
123	VERAPAMIL (CLORIDRATO DE) 2,5MG/ML, C/ 2ML, INJETÁVEL	AP	100	44	0	200
124	VERAPAMIL (CLORIDRATO DE) 80MG, COMPRIMIDO	CP	100	160	90	500
125	VITAMINAS1569 DO COMPLEXO B (VITAMINAS B1, B2,B6,B5 E PP), DRÁGUA	DG	150	530	440	1.000
126	VORICONAZOL 200MG, COMPRIMIDO	CP	0	0	28	100
127	VORICONAZOL 200MG, PÓ LIÓFILO, INJETÁVEL	FA	0	71	28	100

2.4. CRITÉRIO DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

2.4.1. As propostas deverão conter as especificações do medicamento cotado: o nome comercial, o nome do produto farmacêutico de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Denominação Comum Internacional (DCI), o nome do Laboratório fabricante de cada medicamento ofertado, composição dos produtos farmacêuticos, peso, volume líquido contido no frasco e quantidade de unidades por embalagem;

2.4.2. Os medicamentos cotados deverão estar obrigatoriamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, pois nenhum medicamento, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde, conforme art. 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.

2.4.3. O licitante deverá apresentar para cada item cotado, sob pena de desclassificação daquele item, juntamente com a sua Proposta de Preços, as seguintes informações:

2.4.3.1. Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

2.4.3.2. Caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido requerido no máximo até o primeiro semestre do último ano quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei Nr 6.360/76, regulamentada pelo Decreto Nr 8.077, de 14 de agosto de 2013.

2.4.3.3. Bula do medicamento, com o objetivo de verificar se o medicamento ofertado está de acordo com a especificação do item no edital, uma vez que não são solicitadas amostras dos medicamentos para essa finalidade;

2.4.4. A proposta deverá conter ainda:

2.4.4.1. Número do Registro na ANVISA;

2.4.4.2. Quantidade do item fornecido por embalagem secundária (caixa) a fim de evitar o seu fracionamento na entrega.

2.4.4.3. Caso alguma etapa do processo de produção do medicamento cotado seja terceirizada, o licitante deverá indicar, obrigatoriamente, a empresa encarregada, bem como o procedimento realizado.

2.4.5. Não serão aceitos medicamentos manipulados, devido ao curto prazo de validade, exceto para os itens que só tiverem essa apresentação no mercado, conforme RDC Nº 67, de 8 de outubro de 2007.

2.4.6. Os medicamentos entregues em seringa preenchida deverão apresentar dispositivo de segurança que atenda a NR32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde do Ministério do Trabalho e Emprego.

2.4.7. De acordo com a RDC/ANVISA nº 45, 12 de março de 2003, as Soluções Parenterais de Grande Volume SPGV deverão ter o sistema de infusão fechado, na qual durante todo o preparo e administração, não permite o contato da solução com o meio ambiente.

2.4.8. Caso nenhum dos fornecedores do certame apresente proposta de medicamentos na forma farmacêutica de comprimido com embalagem primária fracionável, poderá ser aceito a proposta do medicamento com embalagem primária não fracionável.

2.4.9. Em atenção à Portaria nº 1.377, de 09 de julho de 2013, do Ministério da Saúde que aprova os Protocolos de Segurança do Paciente, o Serviço de Anestesiologia do Hospital das Forças Armadas- HFA, solicita a padronização e inclusão em edital de licitações futuras que sejam adquiridos fármacos e anestésicos em embalagens estéreis e individualizadas.

2.5. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

2.5.1. O HFA, por se tratar de hospital terciário e último elo na cadeia de evacuação das Forças Armadas em Brasília e adjacências, recebe pacientes acometidos das mais variadas enfermidades.

2.5.2. Essa análise avulta-se como imprescindível por se tratar de materiais a serem empregados no tratamento de pessoas, cuja ausência poderá colocar em risco suas vidas, além da necessidade de abastecimento dos estoques deste hospital. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo diagnóstico e tratamento necessitam dos materiais ora licitados.

2.6. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

2.6.1. A contratação alinha-se com o planejamento da Direção do HFA, assessorada pelos chefes da SECME deste Hospital, ratificada pela Diretoria Técnica de Saúde – DTS. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais materiais para o bom andamento das atividades a que se destina o HFA.

2.6.2. A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e II, e § 1º incisos I e II da

Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o art. 7º, § 2º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

2.7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

2.7.1. Os critérios de sustentabilidade exigidos neste Termo de Referência estão de acordo com no Art. 3º da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012; Art. 5º do Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e subsidiariamente a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000;

2.7.2. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG;

2.7.3. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

2.7.4. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

2.7.5. Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

2.7.6. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso);

2.7.7. Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

2.8. DA GARANTIA DO PRODUTO

2.8.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

2.8.2. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

2.8.3. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

2.8.4. Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

2.9. DA VALIDADE DO PRODUTO

2.9.1. Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade:

2.9.1.1. Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 60% (cinquenta por cento) a partir da data de fabricação.

2.9.1.2. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses fármacos, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade.

2.10. VANTAGENS E ECONOMICIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO

2.10.1. A aquisição destes materiais permitirá ao HFA absorver a demanda atual oriunda dos usuários, oferecendo tratamento a Militares das Forças Armadas, da ativa, reserva e reformados, vinculados aos Fundos de Saúde da Marinha (FUSMA), do Exército (FUSEX) e da Aeronáutica (FUNSA); de servidores civis da administração central do Ministério da Defesa, e do Hospital das Forças Armadas.

2.10.2. Os materiais constantes do objeto em referência serão destinados à Seção Central de Abastecimento de Medicamentos - SCAM, proporcionado suporte ao tratamento médico dos usuários, contribuindo para a cura das enfermidades, e traduzir-se-ão em economicidade aos cofres públicos na exata medida em que o almoxarifado terá como distribuir tais materiais na quantidade suficiente para atendimento a demanda evitando desperdício e perdas.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto da presente aquisição pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado. Dessa forma, entendemos que possa ser classificado como “bem comum” e, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade Pregão, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa PARCELADA quando for o caso, no seguinte endereço:

4.1.1. **112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS:** Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda,

sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda a sexta-feira.

4.1.2. **160053 - 11º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA:** As aquisições deverão ser entregues na cidade de Brasília-DF em local, data e horário estabelecido pelo 11º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA, localizado no endereço EPAC, s/nº, 11º GAAAE, CEP: 70631-902.

4.1.2.1. O responsável pelo recebimento das aquisições será o Chefe da Seção de Saúde, mediante agendamento através do telefone (61) 3799-2855, onde será verificada a conformidade entre o que foi empenhado, constante da nota de empenho e o que está sendo fornecido, constante da nota fiscal.

4.2. Para o HFA: A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão. Para os órgãos participantes a remessa será iniciada conforme orientações do órgão.

4.3. A "ORDEM DE FORNECIMENTO", será emitida no Sistema SEI do HFA, com o QR de comprovação de autenticidade, assinado Pelo Chefe do SETOR ou seu Substituto.

4.4. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

4.5. A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

4.6. Caberá à Seção de Almojarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos materiais conforme as especificações do edital.

4.7. O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista neste Termo de Referência, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

4.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.12. Após esse período, caso seja verificada a necessidade de um tempo maior para estoque do bem, o CONTRATADO deverá substituir o mesmo por outro equivalente com prazo de validade mais prolongado, arcando com a retirada, transporte e instalação em cada uma dessas substituições.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 6.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = (6/100) / 365$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------	---

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. **ADVERTÊNCIA** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. **MULTA MORATÓRIA** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

12.2.3. **MULTA COMPENSATÓRIA** de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e impedimento de contratar com o HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - HFA e todas as unidades abarcadas pelo Ministério da Defesa, por até 2 (dois) anos;

- 12.2.6. **IMPEDIMENTO DE LICITAR** e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.
- 12.2.7. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 12.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 12.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 12.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 13.1. O custo estimado da contratação é de R\$ **8.639.243,10** (oito milhões, seiscentos e trinta e nove mil duzentos e quarenta e três reais e dez centavos).

ANEXO II – MODELO ATA

**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**

**Pregão Eletrônico SRP nº 47/2020
Processo Administrativo Nº 60550.007915/2020-01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Hospital das Forças Armadas (UASG 112408), com sede no Setor HFA S/Nº - Sudoeste, CEP 70.673-900, na cidade de Brasília-DF, neste ato representado(a) pelo Sr CEL R/1 KLADSON TAUMATURGO FARIAS, nomeado(a), publicado no Boletim Interno nº 050/HFA, de 14 de março de 2019, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2020, publicada no Diário Oficial nº ____ de ____/____/2020, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Decreto 8.250, de 23 de maio de 2014 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de, destinado a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas – HFA, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Un	Qtd.	Valor Un	Prazo garantia/ validade
1							

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o **112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**.

3.2. O órgão participante será o **160053 - 11º GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA**, conforme quantidades do Termo de Referência que é parte integrante desta Ata.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta)** por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciado.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **DOBRO** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Para as microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. DA VALIDADE DA ATA

5.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da homologação, ou seja, de/...../..... a/...../....., não podendo ser prorrogada.

5.2. Encerrada a vigência, caso exista empenhos não liquidados, permanece as obrigações desta ATA, enquanto não forem liquidados.

5.2.1. Nos casos em que a entrega do item possuir material em comodato, conforme instrumento convocatório, a retirada do aparelho ficará condicionada a utilização do estoque, mediante aditivo contratual.

6. DA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

8.5. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada no sistema SEI, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Brasília-DF, __ de _____ de 2020.

Pelo HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS:

KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel R/1
Ordenador de Despesas do Hospital das Forças Armadas

Pela EMPRESA:

Representante Legal
Testemunhas:

ANEXO III – MODELO DO TERMO SUBSTITUTIVO DO CONTRATO

**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**

CONTINUAÇÃO DO VERSO DA NOTA DE EMPENHO (NE) Nº XX, NOS TERMOS DO ART. 62 DA LEI Nº 8.666/1993

TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO, referente ao Processo Administrativo nº 60550.007915/2020-01, que fazem entre si A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA DEFESA e a EMPRESA xxxxxxxx, CNPJ nº xxx.xxx/0001-xx

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O objeto é a Aquisição de Medicamentos para o Seção Central de Abastecimento de Medicamentos - SCAM, destinado a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas – HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

A entrega e dos critérios de aceitação do objeto são aqueles previstas no item 4 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Do preço e as condições de pagamento são aqueles previstos nos itens 10 e 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO CONTROLE DE EXECUÇÃO

Das sanções Administrativas e do controle de execução são aquelas previstas nos itens 12 e 9 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA QUINTA: DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Os direitos e as responsabilidades das partes são aquelas previstas nos itens 5 e 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO E DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDA NA LICITAÇÃO.

A rescisão contratual rege-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Obriga-se o Adjudicatário a manter todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições aqui estabelecidas que, lido e achado conforme, é parte integrante da NE nº _____, como seu apenso, na data do seu aceite.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições aqui estabelecidas que, lido e achado conforme, é parte integrante da NE nº _____, como seu apenso, na data do seu aceite.

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo Substitutivo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Aceite do Adjudicatário:

Concordo com as condições expressas nas cláusulas, as quais definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, indicadas nesta Nota de Empenho.

Assinatura e carimbo	Data ____/____/____ (Dentro do prazo de validade da Ata)
----------------------	---



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

REF: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 47/2020

RAZÃO SOCIAL: CNPJ:

Estamos cotando os itens a seguir relacionados, com vista ao seu fornecimento ao Hospital das Forças Armadas, de acordo com o disposto No Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e, subsidiariamente, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital, os itens a seguir:

ITEM	OBJETO	UND	REGISTRO ANVISA	LOCAL ENTREGA	QTD TOTAL	PREÇO (R\$) (DES ICMS)	PERC ICMS (%)	VL UNIT COM ICM	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	(DESCRIÇÃO COMPLETA DO ITEM CONTENDO FABRICANTE, MARCA E MODELO).			HFA (Brasília-DF)					
2
VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS DO SRP N° 47/2020							(R\$)		

1. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA PROPOSTA

Validade da proposta: _____ dias. (Não será inferior a 60 (sessenta) dias, conforme edital)

Prazo de entrega do objeto: Até _____ Dias

Banco: Agência: Conta:

Praça de pagamento: Contato:

Fone: e-mail:

Declaração: Os preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega (frete) e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

CIDADE/ESTADO, _____ de _____ de 2020.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

Brasília - DF, 31 de julho de 2020.

KLADSON TAUMATURGO FARIAS - CEL R/1
Ordenador de Despesas do Hospital das Forças Armadas



Documento assinado eletronicamente por **Kladson Taumaturgo Farias, Ordenador(a) de Despesas**, em 04/08/2020, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2542614** e o código CRC **0755B39B**.

Minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 2542614/2020-SRP-HFA (Processo Nº 60550.007915/2020-01)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Edital modelo para Pregão Eletrônico: Compras
Atualização: Julho/2020